

NOTA DE ADMISSIBILIDADE

[Para efeitos de despacho do Senhor Presidente da Assembleia da República, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 16.º do Regimento]

Forma da iniciativa:	Proposta de Lei
Nº da iniciativa/LEG/sessão:	150/XIII/4.^a
Proponente/s:	Governo
Título:	Altera o regime do exercício da atividade de segurança privada e da autoproteção
O proponente junta ficha de avaliação prévia de impacto de género (deliberação CL e Lei n.º 4/2018, de 9 de fevereiro)?	SIM
Justifica-se a audição dos órgãos de governo próprio das regiões autónomas (art.º 142.º do Regimento e n.º 2 do art.º 229.º da Constituição)?	Não parece justificar-se
A iniciativa encontra-se agendada (pela CL ou por arrastamento)?	NÃO
Comissão competente em razão da matéria e eventuais conexões:	Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias (1.ª)
Observações: O proponente envia em anexo projeto de republicação da lei n.º 5/2006, de 23 de fevereiro, com a redação introduzida pela presente iniciativa. Juntou ainda pareceres de diversas entidades consultas no quadro de elaboração deste diploma.	
Conclusão: A apresentação desta iniciativa cumpre os requisitos formais de admissibilidade previstos na Constituição e no Regimento da Assembleia da República.	

Data: 09 de outubro de 2018

Assessora Parlamentar – Ana Vargas (ext: 11739)